

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PSICOLOGIA**

RAPHAELA OLIVEIRA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

ATIBAIA/SP

2020

RAPHAELA OLIVEIRA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia no Centro Universitário UNIFAAT, sob a orientação do Prof. Me. Rafael da Nova Favarin.

ATIBAIA/SP

2020

CURSO DE PSICOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

RAPHAELA OLIVEIRA

Título: “Abuso Sexual Infantil: considerações acerca do desenvolvimento da criança”.

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, para apreciação do Professor Orientador Me. Rafael da Nova Favarin, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Conceito _____.

Atibaia, SP, _____ de _____ de 2020.

Prof. Orientador Me. Rafael da Nova Favarin

Dedico aos meus pais e amigos que me auxiliaram durante o processo de construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre quais agradeço:

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me dado força e coragem nessa caminhada.

Ao professor orientador, Rafael da Nova Favarin, que durante meses me acompanhou pontualmente, dando todo auxílio necessário para a elaboração desse trabalho.

A todos os professores do curso de Psicologia que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje estar concluindo este trabalho.

Aos meus Pais, Emerson e Magna que me incentivaram a cada momento e não permitiram que eu desistisse, compreenderam minha ausência e meu afastamento temporário.

Ao meu Coordenador, que compreendeu minhas saídas, apoiou meus estágios, entendeu meus dias ruins e sempre esteve do meu lado, como um amigo e não como Coordenador.

Aos meus amigos que sempre acreditaram em mim e minha amiga da faculdade Mayara Valério, pelo companheirismo e por aprendermos juntas a arte de cuidar das pessoas.

A toda minha família, em especial a minha prima Vanessa Oliveira, que esteve me apoiando, me ensinando, passando seus ensinamentos e conhecimentos cabíveis para me auxiliar neste trabalho.

A todas as pessoas e pacientes envolvidos no nosso processo de formação, que depositaram confiança em nosso aprendizado e em retribuição sempre nos devolver satisfação. Por fim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram nesse processo de transformação acadêmica.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana”

(Carl Jung)

RESUMO

Este estudo abordou o tema abuso sexual infantil, bem como trouxe considerações acerca do desenvolvimento da criança. Com isso, o presente trabalho se desenvolveu a partir da seguinte problemática: de que maneira o abuso sexual intrafamiliar ocasiona consequências para o desenvolvimento infantil da vítima? A partir disso, o objetivo geral desse estudo consistiu em investigar as consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar no desenvolvimento da vítima em questão, já os objetivos específicos buscaram compreender os fatores de risco e os fatores de proteção à criança e estudaram o abuso sexual intrafamiliar e a contribuição da psicanálise a respeito do tema, bem como os prejuízos ocasionados às vítimas. A metodologia utilizada para a construção desse trabalho pautou-se em levantamento bibliográfico, assim, foram utilizadas pesquisas bibliográficas com análise qualitativa que abordou o assunto em questão. Com base em tudo que fora exposto nesta pesquisa, constatou-se como resultado que o meio em que a criança vive, e principalmente a relação que esta possui com suas figuras parentais, poderá influenciar de modo significativo em seu desenvolvimento, assim como o quadro que alcançará em sua vida adulta, logo, falhas ambientais como negligências e abusos, por exemplo, constituirão fatores de risco para o desenvolvimento infantil, do mesmo modo em que uma família presente, que identifique e supra as necessidades da criança, constituirá fatores de proteção ao desenvolvimento infantil. Além disso, constatou-se também, que o abuso sexual intrafamiliar pode acarretar ainda mais prejuízos à vítima, já que esse fenômeno pode estar associado aos costumes arraigados da família, sem apresentar brechas para que a vítima possa contar com a proteção e ajuda de seus entes consanguíneos. Espera-se, por fim, que este trabalho possa propulsionar medidas protetivas mais eficazes às crianças vítimas de abuso sexual infantil, assim como, promova preocupações político-sociais, com vistas ao auxílio psicológico, às famílias que praticam tal violência, pois somente interrompendo esse ciclo, que as crianças poderão de fato serem cuidadas e protegidas.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil. Psicanálise Infantil. Desenvolvimento Infantil

ABSTRACT

This study addressed the topic of child sexual abuse, as well as considerations about child development. With this, the present work developed from the following problem: how does intrafamily sexual abuse cause consequences for the victim's child development? From this, the general objective of this study was to investigate the consequences of intrafamily child sexual abuse on the development of the victim in question, since the specific objectives sought to understand the risk factors and child protection factors and studied intrafamily sexual abuse and the contribution of psychoanalysis on the subject, as well as the losses caused to the victims. The methodology used for the construction of this work was based on a bibliographic survey, thus, bibliographic research with qualitative analysis that addressed the subject in question was used. Based on everything exposed in this research, it was found as a result that the environment in which the child lives, and especially the relationship he has with his parental figures, can significantly influence his development, as well as the situation that will reach in their adult life, therefore, environmental failures such as neglect and abuse, for example, will constitute risk factors for child development, in the same way that a present family, which identifies and meets the child's needs, will constitute protection factors for the child. child development. In addition, it was also found that intrafamily sexual abuse can cause even more harm to the victim, since this phenomenon can be associated with the family's ingrained customs, without presenting loopholes so that the victim can count on the protection and help of their consanguineous entities. Finally, it is hoped that this work can promote more effective protective measures for children who are victims of child sexual abuse, as well as promote political and social concerns, with a view to psychological assistance, to families that practice such violence, as only by interrupting this cycle, that children can in fact be cared for and protected.

Keywords: Child Sexual Abuse. Child Psychoanalysis. Child development

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| MÉTODO | 11 |
| 1. FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO À CRIANÇA | 12 |
| 2. ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ANÁLISE DA PSICANÁLISE E PREJUÍZOS OCACIONADOS À VÍTIMA | 17 |
| DISCUSSÃO | 22 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 25 |
| REFERÊNCIAS | 27 |

INTRODUÇÃO

Ao iniciar a dissertação dessa redação, representou à pesquisadora uma viagem as aulas onde se falava sobre os danos causados nas pessoas que eram vítimas do abuso sexual quando crianças, e foi a partir dessas aulas, que se deu o processo de investigação pelo tema, por questões ligadas ao abuso sexual e sobre a violência contra as crianças e adolescentes.

Este trabalho abordará o tema abuso sexual infantil de cunho intrafamiliar, sem deixar de mencionar também o extrafamiliar. A problemática deste estudo consiste na seguinte indagação: de que maneira o abuso sexual intrafamiliar poderá ocasionar consequências para o desenvolvimento infantil da vítima?

Com isso, o objetivo geral da presente pesquisa é investigar as consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar no desenvolvimento da vítima em questão, e para que esse objetivo seja alcançado, o estudo contará também, com dois objetivos específicos, a saber: compreender os fatores de risco e os fatores de proteção à criança e estudar o abuso sexual intrafamiliar e a contribuição da psicanálise a respeito do tema, bem como os prejuízos ocasionados às vítimas.

A criança, ao nascer, estabelece uma relação de amor com o meio no qual está inserido, sendo uma das coisas mais importante para seu desenvolvimento e formação. São momentos de descobertas que decorrem do nascimento até os doze anos incompletos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990/2008), quando surgem mudanças hormonais e físicas, características da adolescência, fase esta que transcorre entre doze e dezoito anos de idade (FERRARI, 2002).

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu artigo 5º estabelece:

Que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou por omissão, aos seus direitos fundamentais. Contudo, há muitas crianças e adolescentes sofrendo violência de natureza física, sexual e psicológica, assim como negligência/abandono (BRASIL, 1990/2008).

Para que esta pesquisa seja desenvolvida, é necessário que se estabeleça hipóteses iniciais que podem, ou não, serem confirmadas ao longo do tecer teórico do estudo. Com isso, estabelece-se como hipóteses: acredita-se que o abuso sexual infantil intrafamiliar poderá causar traumas e efeitos danosos à vida das vítimas; o

abuso sexual infantil intrafamiliar poderá causar ainda mais prejuízos na vida dessas vítimas ao ser comparado com o abuso sexual infantil de ordem extrafamiliar; o abuso sexual intrafamiliar pode ser associado, e por vezes igualado ao incesto; o abuso sexual intrafamiliar pode estar relacionado com a cultura familiar do núcleo onde ocorre, sendo, portanto, mais difícil de interromper sua frequência/ocorrência.

O desenvolvimento do presente estudo além de trazer um maior aprofundamento teórico, acredita-se que trará também contribuições pessoais. A relevância de discutir esse tema relaciona-se no fato deste ser um fenômeno que acontece a nível nacional e internacional, estando frequentemente presente no cotidiano, atingindo milhares de vítimas, muitas vezes de forma silenciosa, sendo assim, de muita relevância na formação acadêmica da pesquisadora.

Para a realização deste estudo, o método adotado será qualitativo, com base no levantamento da literatura científica pesquisada em diversas bases de dados, entre as quais: Scielo, Google Acadêmico, BVS-Psi, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, privilegiando a leitura de artigos, capítulos de livros, teses e dissertações, bem como textos de autores clássicos.

Pelo que foi exposto até o momento, acredita-se, que é de importante relevância aos profissionais da saúde, compreender esse fenômeno e inserir-se estrategicamente no seu enfrentamento para a garantia e efetivação de direitos da criança e do adolescente.

O primeiro capítulo a ser apresentado, visa compreender quais seriam os fatores de risco e fatores de proteção à criança, bem como a relação que estabelecem com o desenvolvimento da mesma. Já o segundo capítulo, buscará estudar o abuso sexual intrafamiliar e a contribuição da psicanálise a respeito do tema, bem como os prejuízos ocasionados às vítimas. Assim, serão expostos a seguir.

MÉTODO

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisas de natureza básica, ou seja, pela descoberta de novos conhecimentos e informações que contribuem com o desenvolvimento da ciência, mesmo que não haja aplicações previamente realizadas, envolve interesses gerais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Já a pesquisa selecionada para a confecção deste estudo, adota o caráter qualitativo, já que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), estabelece conexões entre o mundo interno do indivíduo com o mundo externo a ele, assim, entende-se que envolve a subjetividade do mesmo, que interpreta fenômenos e atribui significados para eles.

Seguindo o ponto de vista dos objetivos desse trabalho, pode-se dizer que a pesquisa desenvolvida foi exploratória, ou seja, houve inicialmente o levantamento de hipóteses que pudessem responder à questão propulsora do trabalho, a problemática selecionada. A partir de então, pode-se descobrir novos focos para o tema partindo de fontes bibliográficas utilizadas, o que gera conhecimento não só para o leitor, mas também e principalmente para o autor (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Sabe-se a partir de então, que diferentemente da pesquisa de campo, pesquisas bibliográficas foram utilizadas para a construção deste estudo, que contemplaram materiais previamente publicados por outros autores, em livros, dissertações, teses, monografias, catálogos, revistas, dentre outros (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Por fim, os materiais utilizados para a confecção deste trabalho foram consultados a partir de bancos de dados como Google Acadêmico, Biblioteca Científica Eletrônica (SciELO), BVS Psicologia Brasil, e livros físicos, os quais foram de suma relevância, já que contribuíram com teorias de autores clássicos da Psicanálise, como Freud, por exemplo. Ao longo do semestre, os conteúdos escritos foram corrigidos no intuito de atenderem os padrões estabelecidos pela norma ABNT e pelo Centro Universitário UNIFAAT.

1. FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO À CRIANÇA.

Este capítulo abordará conteúdos que contemplam a infância do indivíduo, o que nela poderia ser benéfica para o desenvolvimento sadio, ou mesmo o que poderia acarretar possíveis consequências futuras em seu desenvolvimento. Também será apresentado neste momento, a influência que o cuidado parental e um ambiente seguro exerce sobre o desenvolvimento da criança, e como a teoria psicanalítica pode contribuir com o assunto, ao mesmo tempo em que atribui importância ao referido tema para desenvolver-se como abordagem da Psicologia.

Para introduzir o assunto de modo a contribuir com a compreensão, evidencia-se ser importante partir então do entendimento de que a psicanálise sempre se interessou pelo estudo da criança e da infância do sujeito, como colocado adiante. Assim, seria correto afirmar que:

Desde os primórdios da psicanálise, Freud tinha como foco de atenção o infantil que se mantinha no adulto, e que podia ser encontrado nas raízes da neurose. Levou pouco tempo para Freud perceber a possibilidade e a importância do trabalho com crianças (LANG, 2009, p.1).

De acordo com Lang (2009), o olhar para a infância modificou-se a partir das contribuições realizadas por Freud, pois agora há uma compreensão diferente a respeito da constituição da pessoa, como o indivíduo se torna adulto e a importância que os primeiros anos de vida possui para a estruturação subjetiva do sujeito. O que se pode entender, a partir disso, é que a psicanálise com criança, é a própria psicanálise, uma vez que ao atender um indivíduo, mesmo que seja adulto, o psicanalista rumo sua investigação em torno da infância vivida de seu paciente, para que então consiga identificar possíveis psicopatologias, neuroses, traumas, onde e quando, originaram-se e seus desdobramentos (MANNONI, 1985 apud LANG, 2009).

Até aqui, o conteúdo apresentado propiciou a construção do saber a respeito da importância da infância para a psicanálise, assim como da psicanálise para a infância, e a partir da compreensão dessa relação dialética, pode-se finalmente, aprofundar a respeito do que seria então considerado fatores de risco para o desenvolvimento infantil, assim como os fatores de proteção para tal, ademais, pode-se-ar compreender quais aspectos estão envolvidos nessa vivência infantil.

É possível de se constatar, que fatores de proteção à criança estão diretamente relacionados às práticas efetivas, uma estruturação e funcionamento familiar satisfatório, a existência de um vínculo afetivo e o apoio, a confiança e a supervisão parental. A partir dos aspectos descritos, pode-se entender que a família e o meio em que vivem, podem ser identificados como fatores de proteção ao desenvolvimento infantil, porém também pode assumir o papel contrário (REPPOLD et. al., 2002 apud MAIA; ALBUQUERQUE, 2005).

Os fatores de proteção que possibilitam o desenvolvimento sadio da criança estão associados às vivências satisfatórias infantis, que se caracterizam por serem equilibradas, possibilitadas por meio de um ambiente seguro. Quando descritas aqui como equilibradas, tem-se de um lado, o excesso de cuidado e proteção advindo da família da criança, e de outro lado a falta desse cuidado na vida do indivíduo (MARTINI, 2012).

De acordo com Oliveira (2011), o autor e psicanalista Winnicott realiza diversas contribuições que ressaltam a importância da relação do indivíduo com o meio externo e suas figuras parentais, em especial no que tange as relações precoces. Essas relações precoces podem auxiliar no amadurecimento pessoal da criança ou mesmo prejudicá-lo; assim como influenciar na constituição psíquica do indivíduo (WINNICOTT 1963/2008 apud OLIVEIRA, 2011).

Em continuidade, o autor explica que para a criança se desenvolver de modo sadio e assim atingir seu amadurecimento, ela deve contar com um ambiente denominado facilitador e cuidados de uma mãe suficientemente boa, que em síntese correspondem a uma única coisa, pois significa o reconhecimento da figura materna a respeito das necessidades de seu filho e percebê-las como independentes às necessidades dela, ou seja, há uma cisão de interesses e necessidades.

A mãe suficientemente boa é uma mãe espontânea, que percebe seu filho como um ser que vai atingir o amadurecimento, e isso, ela compreende como um processo, que será realizado através de seus auxílios e cuidados, mesmo que tenha o entendimento de que esse amadurecer, corresponde à evolução de seu filho, não dela. Neste momento, a mãe suficientemente boa sabe respeitar a cisão que existe entre ela e seu filho, respeitando desta forma, a autonomia e necessidade de seu bebê (DIAS, 2003).

A mãe suficientemente boa também mostra-se crucial no que diz respeito à prática do holding para com seu filho, que pode ser compreendido como uma tarefa

materna no cuidado com seu bebê, para que esse não se sinta desintegrado ou ameaçado no que se refere a sua existência (WINNICOTT, 1963a/1983 apud JANUÁRIO; TAFURI, 2011).

Tendo isso, se o bebê é carregado e sustentado por sua mãe, ou seja, recebe o holding, a desintegração que o bebê sente, converte-se em relaxamento e repouso, e a ameaça de cair e perder sua existência converte-se à alegria do movimento em ser carregado e boa sensação de viver, o que indica que o holding oferece ao sujeito, a confiança no real e nos contatos humanos (SAFRA, 1995 apud JANUÁRIO; TAFURI, 2011).

Foi abordado até o momento, uma compreensão a respeito do que se trata quando se evoca a ideia de desenvolvimento infantil sadio, assim como qual o papel da família e do ambiente nesse processo, o qual deve propiciar à criança o sentimento de segurança e proteção, pois aqui foram expostos até o momento, os fatores de proteção ao desenvolvimento infantil. Adentrar-se-á agora, no aspecto de fatores de riscos para o desenvolvimento da criança e quais são os possíveis impactos na vida dela.

Antes de mais nada, para que haja uma compreensão satisfatória a respeito dos fatores de risco que podem comprometer o desenvolvimento infantil, seria interessante conceituar o que significa o termo “fatores de risco”, voltado para o tema abordado.

Com isso, entende-se por fatores de risco, condições, situações ou variáveis facilmente associadas à probabilidade significativa de ocorrência de resultados indesejáveis ou ruins em determinada circunstância, e, quando relacionado com o desenvolvimento infantil, pode comprometer o bem estar, a saúde e o desempenho social do sujeito (REPPOLD et. al., 2002 apud MAIA; ALBUQUERQUE, 2005).

Importante ressaltar que os fatores de risco isolados não constituem uma causa única, mas fazem parte de um processo que possivelmente justifique as consequências de psicopatologias no indivíduo (HOLDEN; GEFNER; JOURILES, 1998 apud MAIA; ALBUQUERQUE, 2005).

De acordo com Reppold et. al. (2002), citado por Maia e Albuquerque (2005), todos os eventos estressantes da vida da criança, e quando aqui pontua-se como estressante, refere-se a qualquer evento que promova mudanças no ambiente em que a criança está inserida e que geralmente a induz a um nível elevado de tensão,

interfere em seus padrões de resposta, causando consequências físicas e mentais. Assim,

nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada, ou seja, o abuso e a negligência causam efeitos profundamente negativos no curso de vida da criança. As sequelas do abuso e da negligência abrangem grande variedade de domínios do desenvolvimento, incluindo as áreas da cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional. As crianças maltratadas, geralmente, apresentam déficit em suas habilidades de regular afeto e no comportamento geral (BARNETT, 1997 apud MAIA; ALBUQUERQUE, 2005, p.93).

Ao emprenhar-se sobre a questão do fator de risco no desenvolvimento infantil, facilmente será perceptível a presença de traumas que acometem as crianças que passam, evidentemente como o próprio nome evoca, por situações traumáticas. Essas situações geram impactos significativos no psiquismo desses indivíduos, o que acaba por resultar em falhas no desenvolvimento infantil.

De acordo com Ferenczi (1934/1992), o trauma consiste em um choque inesperado que acomete um sujeito, nesse caso a criança, que não pode lhe oferecer resistência e não está preparado para tal, sofrendo diversas consequências a posteriori. Esse trauma age de modo a paralisar temporariamente toda e qualquer atividade psíquica, incluindo o pensamento e a percepção, implantando um estado de passividade no indivíduo. O autor complementa sua explicação, quando diz que a atividade traumática não é acessível pela memória, com isso, o trauma torna-se irrepresentável.

Ao se destinar o entendimento do conceito do trauma, partindo da compreensão que esse trauma possivelmente se refira especificamente ao abuso sexual infantil, independentemente se a ocorrência se dá em âmbito familiar ou não, percebe-se que a suspensão da atividade psíquica do sujeito acometido pelo evento traumático, é apenas uma das consequências do fenômeno. Isso porquê, em casos de abuso sexual infantil, a criança além de sofrer a agressão em si, ainda lida com um estado de confusão mental, que a coloca em posições distintas, ora sente-se inocente perante o ato, ora sente-se culpada, o que acaba por evidenciar mais do que um simples conflito neurótico, aponta para consequências na constituição do psiquismo do sujeito (FERENCZI, 1933/1992).

Pode-se firmar a partir das colocações do autor, que o trauma pode acompanhar os indivíduos submetidos aos fatores de risco do desenvolvimento

infantil, e especificamente falando sobre o abuso sexual infantil, já que este tema é foco do presente trabalho e será abordado no eixo teórico a seguir, esse trauma pode acarretar diversos malefícios, a curto e/ou a longo prazo. A partir de todo respaldo teórico tecido até o momento, conclui-se que o desenvolvimento infantil está diretamente relacionado com o meio em que a criança vive e principalmente com a família e cuidadores dela, que podem determinar um desenvolvimento sadio ou não.

Partindo dessa relação, no capítulo a seguir, aprofundar-se-á o desenvolvimento infantil após o trauma do abuso sexual intrafamiliar, como a criança pode ser afetada com o ato, assim como seu desenvolvimento em geral.

2. ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ANÁLISE DA PSICANÁLISE E PREJUÍZOS OCASIONADOS À VÍTIMA

Para que seja construído o entendimento do que se trata o abuso sexual infantil de ordem intrafamiliar, é necessário que anterior a isso, possa-se compreender no que consiste o incesto ou atos incestuosos, e de que modo esses atos estão envolvidos no tema em questão.

Cohen e Gobbetti (2003) definem o incesto como sendo o relacionamento sexual ou de funcionamento conjugal, aqui se ressalta apenas o funcionamento, pois os cônjuges legais não configuram incesto, presente no interior das famílias, mais especificamente falando, relações que se dão entre familiares consanguíneos próximos, como por exemplo entre irmãos, mãe e filho (a), pai e filho (a), dentre outras combinações. Além disso, pode-se destacar que não é apenas o laço sanguíneo que caracteriza o incesto, mas também a afinidade e papéis sociais que cada indivíduo representa em uma família, como por exemplo, padrasto e enteado (a), madrasta e enteado (a), etc. (COHEN; GOBETTI, 2003).

Ainda de acordo com os autores, a sociedade ainda possui dificuldades para falar sobre o assunto, portanto é tido como tabu; essa dificuldade está intimamente ligada com a dificuldade social da aceitação de que a família pode sim ser destrutiva, não aparecendo sempre como um ambiente seguro, nem mesmo para o desenvolvimento de novos integrantes (crianças), já que nem estes estão excluídos de possíveis relacionamentos incestuosos, e neste caso, o incesto ocorre sob forma de coerção.

Adentra-se a partir de então, no conceito do abuso sexual infantil, que pode ser definido como ato ou jogo sexual, homo ou heterossexual, que envolve um ou mais adultos e uma ou mais crianças. O ato tem por finalidade, estimular sexualmente essa criança ou mesmo utilizá-la para obtenção de estímulo sexual próprio (agressor) ou de terceiros (GUERRA, 1998).

O abuso sexual infantil também pode ser definido pelo envolvimento de crianças, imaturas e dependentes em relação ao seu desenvolvimento, em atos ou jogos sexuais pelos quais não podem oferecer qualquer tipo de resistência, pois não possuem entendimento pleno do que está acontecendo; inclui-se como abuso sexual infantil: pedofilia, abusos sexuais violentos e atos incestuosos, já definidos acima (KEMPE; KEMPE, 1996 apud AZAMBUJA, 2006).

O abuso sexual infantil extrafamiliar, tal como o abuso sexual infantil de ordem intrafamiliar são compostos pelo ato coercivo de um adulto para com uma criança, buscando-se a partir disso, satisfação sexual, como já explicado anteriormente. O que difere um do outro é a imagem do agressor. No primeiro caso, o agressor não se apresenta como integrante da família da vítima, já no segundo sim. É interessante que se apresente aqui, as reais diferenciações entre o abuso sexual infantil extrafamiliar e o abuso sexual infantil intrafamiliar, de acordo com a perspectiva da vítima.

Sabe-se que ambos os abusos sexuais, causam sofrimentos e danos prevalentes à vida das vítimas, porém, de acordo com Alberton (1998 apud AZAMBUJA, 2006), a violência sexual intrafamiliar abrange situações complexas e difíceis de serem enfrentadas pelas vítimas, pois no núcleo familiar delas possui dois polos opostos, por um lado tem-se a vítima e por outro, o agressor no mesmo convívio. Se os abusos sexuais infantis intrafamiliares ocorrem de modo explícito aos demais integrantes da família, ou seja, se já é cultural desse núcleo familiar a ocorrência de atos sexuais entre os adultos e as crianças, essas vítimas não possuem abertura para esquivarem-se, menos ainda poderão contar com uma rede de apoio familiar acolhedora.

Diante disso, a criança inocente permanece imersa nos costumes arraigados da família, silenciosas e presas dentro de um pacto do silêncio, sendo mais prejudicadas neste meio lamentável. Assim, o abuso sexual infantil intrafamiliar “retém os aspectos do abuso relativos ao apelo sexual feito à criança, bem como destaca tal ocorrência no interior da família” (MEES, 2001, p.18).

Já foram tecidos até o momento definições e contextualizações da problemática do abuso sexual infantil. Cabe aqui ser reportado, com o auxílio da psicanálise, quais aspectos psicológicos estão envolvidos no abuso sexual intrafamiliar, vulgo incesto.

De acordo com Cohen (1993 apud COHEN; GOBETTI, 2003), as teorias psicológicas mostram que é imprescindível não haver incesto no núcleo das famílias, pois a não ocorrência permite que haja a distinção e a simbolização de funções exercidas por cada integrante, ou seja, a função de pai, de mãe, de irmão ou irmã, entre outros. Isso permite que haja o desenvolvimento do indivíduo dentro dessa família. Com isso, sabe-se que a não ocorrência do incesto aponta para um

benefício, no que se refere, ao desenvolvimento familiar, pois é um fator organizador, que demarca limites e funções.

A não ocorrência do incesto também pode ser considerada fator primordial que age como estruturador mental, pois de acordo com a perspectiva psicanalítica, é por meio da repressão de desejos incestuosos, presentes no complexo de Édipo, que é possível estruturar o aparelho mental em seus três aspectos constituintes, sendo eles o Id, o Ego e o Superego. O terceiro corresponde à instância formada por internalizar as leis, o segundo responsável por intermediar as leis internas com as leis externas ao indivíduo, e o primeiro, responsável pelos impulsos, desejos; o fato de não atuar a favor dos desejos edípicos, demarca os limites entre a fronteira do desejo e da realidade (FREUD, 1923/1980).

De acordo com o postulado por Freud (1930/1980), existe uma incompatibilidade entre aquilo que o impulso exige do indivíduo e a inserção e aceitação deste na cultura e na sociedade. Esse conflito deve ser enfrentado pelo indivíduo, pois representa dois interesses distintos que disputam entre si. Ainda de acordo com o autor, o desejo que representa o incesto, está presente em todos os seres humanos, já que o complexo de Édipo é um momento pelo qual todos os indivíduos passam na infância. Esses desejos devem ser reprimidos à inconsciência, para a sobrevivência da socialização e da civilização, pois o incesto é claramente um fator antissocial, sendo assim, grande parte das pessoas, das sociedades, consistem numa gradual renúncia a ele.

O incesto combinado com abuso sexual infantil intrafamiliar, aponta para a ideia de que o ato em si, não é consensual por parte da criança envolvida, isso está claro até pela autoexplicação que a nomenclatura evoca. Porém, vale questionar também, até que ponto o consentimento do adulto está envolvido, pois nas relações sexuais incestuosas, o que está em questão é a atuação dos desejos de praticar o incesto, desejo esse, como já mencionado, presente no Édipo. Se há a realização desse desejo, tudo indica que nesse adulto, também há a falta de estruturação do aparelho mental, uma vez que o autor do abuso sexual infantil intrafamiliar se apresenta como incapaz de anular, postergar ou adiar as pulsões, ou seja, esse adulto vive constantemente e concretamente experiências que deveriam ser recalçadas ou reprimidas (COHEN; GOBETTI, 2003).

Ainda segundo os autores, após analisarem pesquisas realizadas acerca do incesto, constatou-se que “a maioria dos pais abusivos tem na sua própria história

de vida experiências de abuso ou negligência na infância” (COHEN; GOBETTI, 2003, p.3). Pontuam também que as:

Marcas objetivas, que são valorizadas pela sociedade, não caracterizam a gravidade do abuso. O incesto trata primordialmente da impossibilidade de estruturação do indivíduo; a atuação dos desejos incestuosos não permite o pensamento simbólico e, portanto, a assimilação das funções sociais para o desenvolvimento mental do indivíduo (COHEN; GOBETTI, 2003, p.3).

Cabe agora ser destacado, como a vítima pode ser acometida por consequências derivadas do abuso/incesto, assim como de que maneira a submissão da vítima ao abuso sexual intrafamiliar infantil, pode interferir em seu desenvolvimento.

A sexualidade infantil pode ser compreendida pela progressão da libido, a qual esclarece que as pulsões sexuais infantis buscam por satisfação através de objetos parciais. Esses objetos parciais correspondem aos órgãos do corpo infantil onde estão concentradas as zonas erógenas, que possibilitam sensação local de prazer (FREUD, 1901-1905/1996). Ainda segundo o autor, a concentração da libido da criança se dá por meio das fases pré-genitais: fase oral, fase anal-sádica, fase fálica e fase de latência.

A partir do exposto, fica claro que a criança possui uma sexualidade em desenvolvimento, porém não pode ser igualada à sexualidade genital adulta, pois uma vez que isso acontece em formato de ação concreta, a criança passa por uma experiência penosa e traumática, o que acarretará posteriormente graves consequências em seu desenvolvimento, que vão variar, como já mencionado no primeiro capítulo, com base na elaboração do trauma e estrutura psíquica da vítima.

Assim como o agressor deve recalcar seus desejos incestuais resultantes do Édipo, a criança também deve fazer o mesmo, porém, caso ela tenha contato com a experimentação dessas fantasias inconscientes, através do abuso sexual infantil intrafamiliar, essa criança passará por experiências dolorosas, sentimentos de sofrimento e sensação de que não possui um esquema psíquico por si só, ou seja, não se vê como pessoa independente (FAIMAN, 2004).

Com base em todo conhecimento construído até o momento, pode-se concluir que a criança que vive em seu dia a dia, relações incestuosas com seus familiares, se encontra coagida, em sofrimento e silenciada, pois não possui uma rede de apoio familiar adequada. Se concluir também, que embora a criança possua um esquema de sexualidade pré-genital, não significa que pode entrar em contato com a

genitalidade do adulto, pois isso acarretará traumas e falhas em seu desenvolvimento vital.

No mais, é essencial pontuar, que o cenário descrito neste segundo capítulo, corresponde ao cenário de fatores de risco para o desenvolvimento infantil, abordado no primeiro capítulo desta pesquisa. Com isso, vale alertar que as consequências nocivas identificadas no ambiente composto por fatores de risco ao desenvolvimento infantil, se aplicam às vítimas de abuso sexual infantil intrafamiliar, sem deixar de acometer também, as vítimas de abuso sexual infantil extrafamiliar, já que o fenômeno não deixa de se apresentar como experiência traumática.

Finalmente, mas não menos importante, destacou-se aqui, a complexidade que se apresenta a situação das vítimas de abuso sexual intrafamiliar, já que estão inseridas em tempo integral, em um ambiente prejudicial ao seu desenvolvimento.

DISCUSSÃO

A partir de todo conteúdo tecido até aqui, percebe-se que é de grande importância as ideias dos autores que contribuíram com a confecção deste trabalho sejam ressaltadas, assim como correlacionadas, no intuito de se estabelecer o entendimento acerca de que maneira essas ideias se complementam, ou mesmo divergem entre si. Cabe aqui também ser pontuado, se as hipóteses levantadas no início deste estudo foram ou não confirmadas.

Partindo do entendimento de que a criança está sujeita a fatores de proteção ou mesmo de risco em sua infância, percebeu-se o papel fundamental que a família assume no que tange a esses fatores. Isso está expresso nas colocações de Reppold et. al (2002 apud MAIA; ALBUQUERQUE, 2005), quando colocam que uma boa estruturação familiar, que contenha um funcionamento que contemple vínculos afetivos, apoio, confiança e supervisão parental, constroem práticas efetivas que resultam nos fatores de proteção infantil; contudo, se a família não exerce esse papel, corroboram com a formulação de fatores de risco para com a criança.

Em consonância com os autores citados acima, Martini (2012) também atribui importância à família no que se refere aos fatores de proteção ou de risco infantis. Para o autor, os fatores de proteção estão associados às vivências satisfatórias da criança, as vivências equilibradas. Essas vivências são possibilitadas pelas figuras parentais da criança, e significam o intermédio entre cuidados exageradamente excessivos, com a falta deles.

Ainda de acordo com essa perspectiva, Oliveira (2011), conforme a teoria de Winnicott (1963/2008) ressalta que a relação que o indivíduo estabelece com seu meio externo, em especial às relações parentais, são de extrema relevância para seu desenvolvimento; assim, se a relação é satisfatória, o desenvolvimento tende a ser satisfatório, caso contrário, o desenvolvimento poderá contar com alguns percalços. Essa relação é ainda mais intensa quando assume um caráter precoce, ou seja, a relação do indivíduo ainda muito novo, para com seu meio. A autora ainda coloca que essas relações precoces podem auxiliar no amadurecimento pessoal da criança, ou mesmo poderá prejudicá-la, assim como influenciar na constituição psíquica do sujeito.

Barnett (1997 apud MAIA; ALBUQUERQUE, 2005), direciona o foco para os fatores de risco, e neles, o abuso sexual infantil pode ser incluso, o que será

passível de observação a seguir. Para esses autores, os fatores de risco são facilmente identificados em crianças maltratadas, negligenciadas, violentadas e abusadas; isso porque, os efeitos patológicos no desenvolvimento dessas crianças estão presentes, e podem perdurar ao longo da vida.

Ferenczi (1933/1992) complementa o assunto quando coloca que um dos fatores de risco que mais causam danos na vida da criança, é o abuso sexual infantil, pois, além da vítima sofrer a agressão em si e o trauma que ela acomete, ainda passa por confusão mental, que a coloca em posições distintas, já que, por um lado sente-se inocente perante o ato, ao mesmo tempo que sente-se culpada, o que acaba por evidenciar mais do que um simples conflito neurótico, aponta para consequências na constituição do psiquismo da criança.

Alberton (1998 apud AZAMBUJA, 2006), aprofunda a noção do sofrimento da vítima, contribuindo com Ferenczi (1933/1992). Para Alberton (1998 apud AZAMBUJA, 2006), os abusos sexuais são extremamente dolorosos, mas para a vítima, o sofrimento de estar submetida ao abuso sexual intrafamiliar pode ser ainda pior, pois dentro de sua própria família há dois polos contrários, ela (a vítima) e o agressor dentro de um mesmo convívio. Entende-se que se, o abuso ocorre de modo explícito, significa que a família sabe e compactua, já que se trata da cultura familiar. Com isso, as vítimas não possuem abertura para esquivarem-se ou pedirem ajuda para uma rede familiar acolhedora.

Contribuindo com o autor, Mees (2001) expõe que a criança vítima de abuso intrafamiliar está imersa aos costumes arraigados da família, e assim, inevitavelmente presa nesse ciclo silencioso e sem apoio. Acontece que, quando a criança é abusada sexualmente, de modo extrafamiliar, a família da vítima é que poderá ajudá-la, recebê-la. Quando o abuso ocorre dentro desse núcleo familiar, a tortura e o silêncio permanecem em ciclos.

Quando Freud (1901-1905/1996) aclara que a criança possui uma sexualidade em desenvolvimento, ele ressalta que ela não pode ser igualada à sexualidade de um adulto, já que, se isso acontecer, a criança poderá perpassar por experiências penosas e traumáticas, o que acarretará graves prejuízos em seu desenvolvimento, a variar com a capacidade de elaboração do trauma da vítima e a constituição do psiquismo dessa.

Faiman (2004) complementa a colocação de Freud (1901-1905/1996), quando diz que caso a criança seja submetida ao abuso sexual, agora não mais

dando ênfase ao de caráter intrafamiliar, essa vítima além de passar por experiência penosa e dolorosa, passará por sofrimento e sensação de não existência como unidade psíquica independente.

Com isso, cabe agora registrar que o estudo atendeu os objetivos que propôs, ou seja, investigou as consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar no desenvolvimento da vítima, compreendeu os fatores de risco e os fatores de proteção à criança e, por fim, estudou o abuso sexual intrafamiliar e a contribuição da psicanálise sobre o tema.

As hipóteses iniciais foram confirmadas, já que comprovou-se que, o abuso sexual infantil pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento da vítima, o abuso sexual intrafamiliar pode causar mais danos psicológicos na criança submetida ao ser comparado com o de caráter extrafamiliar, o incesto com o abuso sexual infantil intrafamiliar podem ser associados e, por fim, o abuso sexual infantil intrafamiliar pode ocorrer devido aos costumes arraigados do núcleo familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram apresentados os fatores de risco e de proteção à criança, assim como o fenômeno do abuso sexual infantil, de ordem intrafamiliar e, brevemente, a de ordem extrafamiliar, assim como as inúmeras consequências que a vítima pode ter em decorrência dessa violência, por curto período de tempo ou em longo prazo.

A partir do conteúdo exposto por essa pesquisa, e todo conhecimento gerado através dela, espera-se que a sociedade possa contar com respaldos que a subsidie a agir de modo a proteger as crianças, se atentar ao meio que as oferecem e conscientizar a população a respeito da gravidade que consiste o abuso sexual infantil, não deixando de enfatizar o cunho criminoso do ato.

Vale aqui ser pontuado que, o fato de o abuso sexual intrafamiliar ocorrer em um meio, que grande parte das vezes o encara como acontecimento comum devido ao ciclo que ocorre no núcleo das famílias, não significa que, de fato, esse fenômeno deva ser naturalizado. Pelo contrário, a naturalização do ato sexual entre parentes consanguíneos pela família, mostra que a problemática é ainda mais preocupante, pois a repetição e naturalização desse ciclo aponta para características patológicas dos envolvidos.

A partir deste trabalho, almeja-se a conscientização social no que se refere à problemática, o diálogo frequente das pessoas sobre o assunto, a cobrança social por um posicionamento de órgãos superiores a respeito do tema, o crescimento de denúncias aos criminosos, auxílio psicológico às vítimas e também às famílias incestuosas.

Entende-se que embora o desenvolvimento desse trabalho tenha sido importante para veicular a referente problemática, ainda não é suficiente. Há muito que ser estudado, compartilhado, aprofundado. É necessário a continuidade de estudos e pesquisas que consigam expor para a sociedade, problemas que existem há tempos e que se escondem por entre as famílias e residências, já que, o crescimento da disseminação sobre o assunto é diretamente proporcional com o número de pessoas conscientes sobre ele.

Por fim, a metodologia utilizada para confeccionar esta pesquisa mostrou-se completamente satisfatória, pois através dela pôde-se encontrar diversos conteúdos que subsidiaram a estruturação do que aqui fora apresentado, além de possibilitar o

diálogo de diversos autores, de diferentes áreas, que se complementaram, tornando o trabalho mais rico e melhor fundamentado.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Textos e Contextos** (Porto Alegre), v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527158011.pdf>. Acesso em 7 de outubro de 2020.

BRASIL, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 13 jul. 1990.

BRASIL, Lei n. 11.829, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. **Diário Oficial**, Brasília, 25 nov. 2008.

COHEN, Claudio; GOBETTI, Gisele Joana. O incesto: o abuso sexual intrafamiliar. **Rev. ResearchGate**, v. 31, n. 03, 2003. Disponível em encurtador.com.br/jGHJ0. Acesso em 7 de outubro de 2020.

DIAS, Elsa Oliveira. **A teoria do amadurecimento de DW Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. Disponível em: encurtador.com.br/d1wq. Acesso em 4 de novembro de 2020.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise**. Casa do Psicólogo, 2004.

FERENCZI, Sándor. (1933) **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. Psicanálise IV. Obras completas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERENCZI, Sándor. (1934) **Reflexões sobre o trauma**. Psicanálise IV, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. Editora Agora, 2002.

FREUD, Sigmund. (1930) **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: O mal estar na civilização**, v.21. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, Sigmund. (1923) **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: O id e o ego**, v.19. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, Sigmund. (1901-1905) **Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: Um Caso de Histeria, Três Ensaios sobre Sexualidade e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

JANUÁRIO, Lúvia Milhomem; TAFURI, Maria Izabel. A relação transferencial para além da interpretação: reflexões a partir da teoria de Winnicott. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 14, n. 2, p. 259-274, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/agora/v14n2/a07v14n2.pdf>. Acesso em 4 de novembro de 2020.

LANG, Ana Silvia Espig. Infância e psicanálise. **Faculdade Integrada Tiradentes**. Maceió, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/fuwT8. Acesso em 29 de setembro de 2020.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; ALBUQUERQUE, Lucia Cavalcanti Williams. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em psicologia**, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751425002.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

MARTINI, Juliana Schwanke. Dependência emocional familiar: possíveis manifestações nos filhos. **Revista da Graduação**, v. 5, n. 2, Porto Alegre: 2012. Disponível em: encurtador.com.br/iDFQ8. Acesso em 29 de setembro de 2020.

MEES, Lúcia Alves. **Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

OLIVEIRA, Nadja Rodrigues de. **Costurando rupturas: o trauma na clínica psicanalítica com uma criança**. 2011. ix, 235 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.